



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Política social e gestão de serviços sociais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: Word Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-29-4
 DOI 10.22533/at.ed.294200903

1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “**Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2**” apresenta a continuidade da discussão presente no primeiro livro, que além de abordar aspectos relacionados a Política Social e Gestão de Serviços Sociais evidenciou o processo de trabalho do Assistente Social. O segundo livro reúne uma coletânea, ainda maior que o primeiro, composta por 29 artigos.

Na atualidade, a conjuntura brasileira tem apresentado limitações expressivas desde a elaboração até a garantia da execução das políticas sociais públicas, sobretudo pelo direcionamento do Estado. Mas, é importante salientar que existem diferentes concepções sobre Estado e Política Social, que perpassam também sobre as modificações societárias e possibilitam uma espécie de pluralidade acerca deste tema.

Aos leitores, não assistentes sociais ou envoltos a esta profissão, cabe situar que o Serviço Social é uma profissão norteada por legislações específicas e por um Código de Ética Profissional, que determina atribuições profissionais assegurando que é sua competência “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”, mas, apresenta-se como um desafio no cotidiano profissional, sobretudo se considerarmos o contexto já exposto das políticas sociais. Por isso, é ainda mais importante a publicação de trabalhos que versam sobre esta temática, tais como aqui serão apresentados.

Este exemplar exhibe diferentes assuntos correlacionados a Política Social, mas com vieses e abordagens divergentes, fator comum a esta narrativa. Para a construção dos respectivos artigos os autores utilizaram diversas metodologias, como por exemplo, pesquisas bibliográficas, análise documental, pesquisas de campo e realização de entrevista, entre outras.

A fim de alinhar a apresentação dos estudos, novamente, optou-se pela divisão dos assuntos por blocos inter-relacionados.

O primeiro bloco trata-se do “**Estado e Políticas Sociais do Brasil: contextos, análises e discussões**” que expõe trabalhos relacionados ao Estado e a Política Social no Brasil. Inicialmente refletindo a divisão social da sociedade capitalista, a fim de subsidiar as discussões seguintes que tratam da política social e das categorias presentes em diferentes políticas públicas.

O segundo intitulado “**Política Nacional e Internacional: análises e perspectivas**” apresenta abordagem nacional e internacional, com ênfase na análise da política de guerra as drogas e no microsseguro.

E o terceiro foi nomeado “**Serviço Social Brasileiro: formação profissional e experiências do estágio supervisionado**” e trata da formação profissional do Serviço Social e expõe as experiências avindas do campo de estágio e da supervisão

acadêmica.

Já o quarto, e, último bloco, “**Serviço Social Brasileiro: mercado de trabalho e outras tendências contemporâneas da profissão**” evidencia o mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil e suas tendências, principalmente apontando o agravamento das expressões da “questão social”, os rebatimentos no processo de trabalho e outras discussões contemporâneas que perpassam esta profissão.

Por fim, e não menos importante, percebe-se que os autores deste livro advêm de diversos estados, com distintas experiências, formações profissionais e institucionais. Logo, as variadas perspectivas geram abordagens plurais, que positivamente influem no enriquecimento e na qualidade deste material. De mais a mais, espera-se que este livro acresça o debate contemporâneo da Política Social e a formação/atualização profissional dxs Assistentes Sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL: CONTEXTOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 1 1

CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES

[Jamerson Murillo Anunciação de Souza](#)

[Marcelly Batista de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009031

CAPÍTULO 2 12

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E OS DESAFIOS FRENTE AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

[Mariane Rodrigues Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009032

CAPÍTULO 3 23

PROTEÇÃO SOCIAL: EXCURSO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

[Thaís Gaspar Mendes da Silva](#)

[Neide Aparecida de Souza Lehfeld](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009033

CAPÍTULO 4 34

QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E NOVOS DESAFIOS A TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

[Paula Maria do Nascimento Masulo](#)

[Maria Dione Carvalho de Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009034

CAPÍTULO 5 46

ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

[Sara de Oliveira Sousa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009035

CAPÍTULO 6 56

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS: REFLEXOS DE UMA DESIGUALDADE DE GÊNERO

[Ariele França de Melo](#)

[Andressa Sonja Pereira de Castro](#)

[Jéssica Katariny Oliveira da Silva](#)

[Shirlany Sayonara França Bezerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009036

CAPÍTULO 7 63

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

[Suzane Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009037

CAPÍTULO 8 75

AS AMEAÇAS AO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[Jinadiene da Silva Soares Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009038

CAPÍTULO 9 88

APOIO MATRICIAL E INSTITUCIONAL ENTRE REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS AO SUS E AO SUAS

[Fabiana Nunes Merhy-Silva](#)

[Eduardo Mourão Vasconcelos](#)

[Gastão Wagner de Sousa Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009039

CAPÍTULO 10 103

OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)

[Maria Roberta Medeiros Angelim](#)

[Sandra Amélia Sampaio Silveira](#)

[Lúcia Maria Patriota](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090310

CAPÍTULO 11 115

AS CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E A PERSPECTIVA NEOCONSERVADORA E OS DESMONTES DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

[Adriano Pereira Basilo de Oliveira](#)

[Moisés Maia Rangel](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090311

CAPÍTULO 12 128

GESTÃO PEDAGÓGICA PARTICIPATIVA EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

[Simone Martiningui Onzi](#)

[Daianny Madalena Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090312

CAPÍTULO 13 143

RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[Eliana Almeida Soares Ganam](#)

[Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090313

POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 14 155

A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: TRABALHADORES DO TRÁFICO

[Mayara Maria Alonge dos Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090314

CAPÍTULO 15 170

ANÁLISE DA VIABILIDADE DO MICROSSEGURO EM PORTUGAL

Vitor Miguel Monteiro Marques

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.29420090315

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIAS
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

CAPÍTULO 16 184

ENTRE NÓS E FIOS: REFLEXÕES SOBRE OS ENTRAVES E ESTRATÉGIAS PARA A
REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Márcia Toledo Salvaia

DOI 10.22533/at.ed.29420090316

CAPÍTULO 17 194

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE DISCENTES INSERIDOS NO ESTÁGIO
CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Patrícia Albuquerque de Oliveira Rocha

Franciele Santos Mendonça

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.29420090317

CAPÍTULO 18 208

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM
PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS

Jaqueline de Melo Barros

Gabriellen da Costa Lourenço

Hegles Pereira do Nascimento

Nathália de Jesus Januário Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.29420090318

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: MERCADO DE TRABALHO E OUTRAS
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PROFISSÃO**

CAPÍTULO 19 217

DA CRISE À INVIABILIZAÇÃO? DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-
POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Ivelize Oliveira Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.29420090319

CAPÍTULO 20 231

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
CONTRARREFORMA: DO DOMÍNIO ÀS POSSIBILIDADES DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Giliane Alves de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.29420090320

CAPÍTULO 21 243

INDICADOR: UM DESAFIO POSSÍVEL PARA A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO

SOCIAL

Roberta Vilela Moreno
Vânia de Sousa Costa
Neide Anselmo de Oliveira
Maria Teresa Di Sessa Pandolfo Queiroga Ribeiro
Elaine Fonseca Amaral da Silva
Virgínia Corrêa Pinheiro
Kátia Campos dos Anjos
Angela Maria Agostinho de Melo
Andreia Santos Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.29420090321

CAPÍTULO 22 254

TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES INICIAIS AOS INDICADORES NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS

Carlos Antonio de Souza Moraes
Gabriela Mendes Moreira Schocair

DOI 10.22533/at.ed.29420090322

CAPÍTULO 23 269

SEGURANÇA NO TRÂNSITO: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.29420090323

CAPÍTULO 24 282

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU! REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E CREAS DE DUQUE DE CAXIAS

Liandra Lima Carvalho
Aine Layza Ferreira de Lima Franco
Amanda Silva Pereira
Andrew da Silva Pinheiro Santos
Bruna da Silva Costa
Celeide Blanco Ferreira
Cristiane de Faria Mariano
Fabiana Gonçalves da Silva
Glaucia Vianna dos Santos
Isamara Dias dos Santos
Michelle da Silva Pereira Charret
Noemi Carvalho de Lima
Roselene Thomaz Cardoso de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.29420090324

CAPÍTULO 25 293

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ

Sueli do Nascimento
Geovana Nogueira da Silva Cappelle do Valle
Rafaela Bastos
Thaína Guadepule Simões

DOI 10.22533/at.ed.29420090325

CAPÍTULO 26	306
SERVIÇO SOCIAL; MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	
Mayra Hellen Vieira de Andrade	
Maria Gabrielle Chaves	
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento	
Maria Gabriella Florencio Ferreira	
Laianny Cordeiro Silva de Souza	
Thayane de Vasconcelos Soares	
Nathália Pereira Paredes	
DOI 10.22533/at.ed.29420090326	
CAPÍTULO 27	313
CONCEPÇÃO E INSTRUMENTALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM FAMÍLIA	
Gisele Justiniano de Faria Martins	
Aurea Bastos Davet	
DOI 10.22533/at.ed.29420090327	
CAPÍTULO 28	326
UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O CAMPO SÓCIO JURÍDICO	
Gabriela Santos Gomes	
Pedro Leonardo Cedrola Vieira	
Karolayne Gomes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.29420090328	
CAPÍTULO 29	338
A ESCOLHA POR COR/RAÇA NO PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS	
Ana Lucia Oliveira Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.29420090329	
SOBRE A ORGANIZADORA	350
ÍNDICE REMISSIVO	351

AS AMEAÇAS AO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 25/02/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Jinadiene da Silva Soares Moraes

Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas –
UNCISAL

Maceió, Alagoas

<https://orcid.org/0000-0001-5131-4833>

RESUMO: Este artigo versa sobre as ameaças à consolidação do controle social na Política de Assistência Social na atual conjuntura brasileira. Apesar da participação popular constar na Lei nº 8.742/1993, são postos diversos obstáculos para sua consolidação. Identificamos que alguns desses obstáculos advêm das respostas do modo de produção capitalista a sua crise estrutural, entretanto, há questões que agravam a situação como a revogação do Decreto Presidencial nº8.243/2014, os ataques do atual presidente da República do Brasil aos conselhos, alguns que guardam estreita relação com a política de Assistência Social e outras questões específicas de Alagoas, as quais, tentaremos apresentar neste trabalho. Este é resultado de pesquisas bibliográfica e documental, além da experiência vivenciada

como conselheira estadual de assistência social do estado de Alagoas durante três gestões.

PALAVRAS-CHAVE: NEOLIBERALISMO. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTROLE SOCIAL.

THREATS TO SOCIAL CONTROL OF SOCIAL ASSISTANCE POLICY

ABSTRACT: This article deals with the threats to the consolidation of social control in the Social Assistance Policy in the current Brazilian conjuncture. Although popular participation is contained in Law nº 8.742/1993 contains several obstacles are posed to its consolidation. We identified that some of these obstacles stem from the responses of the capitalist mode of production to its structural crisis, however, there are issues that aggravate the situation such as the repeal of Presidential Decree nº 8.243 / 2014, the attacks of the current president of the Republic of Brazil to the councils, some that are closely related to the Social Assistance policy and other specific issues of Alagoas, which we will try to present in this paper. This is the result of bibliographical and documentary research, in addition to the experience experienced as a state counselor of social assistance of the state of Alagoas during three administrations.

1 | INTRODUÇÃO

Com o intuito de discutir sobre as fragilidades da participação social¹ na Política de Assistência Social realizamos um estudo a partir do ano de 1970, quando a crise estrutural do capital atingiu toda a sociedade capitalista e como estratégia de reerguimento implantou várias medidas austeras tais como a monetarização da economia – a chamada globalização –, a redução das políticas públicas sociais, afetando duramente a classe trabalhadora. Essa solução ratificou a ideia de Estado mínimo, precarizou os serviços públicos que foram se tornando ineficazes e expandiu a lógica privatizante.

Embora, esse tenha sido o cenário em vários países à época, no Brasil ocorreu a luta efervescente para a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988, aparato legal que ampliou, consideravelmente, os direitos sociais, caracterizando, inclusive a Assistência Social como política pública e permitiu a participação popular na definição e acompanhamento das políticas públicas. Porém, em 1990, o neoliberalismo é implementado no país indo na contramão dos direitos promulgados. Devido a esse fato é que, só após cinco anos à promulgação da referida Constituição, a Lei Orgânica da Assistência Social é aprovada com mudanças significativas na proposta original. Neste artigo procuramos explicar por que/como, mesmo com tanto aparato legal, o ajuste neoliberal e também como especificidades locais conseguem reduzir o controle social na Política de Assistência Social no estado de Alagoas.

Bem como, a revogação do Decreto Presidencial nº8.243 de 2014 e os ataques do governo Jair Bolsonaro aos órgãos de controle social afetam negativamente a consolidação da participação social.

2 | A RESPOSTA À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Nos anos 1970 o modo de produção capitalista enfrenta uma severa crise, a qual na avaliação de Mézáros (2000), não é mais uma crise cíclica como tantas outras, mas, uma crise estrutural que o afeta significativamente (MÉSZÁROS, 2000). É típico desse modo de produção a ocorrência de crises e, segundo Netto e Braz (2011, p. 167, grifos dos autores) “a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**”. Porém, o que diferencia a crise estrutural do capital das demais é que, dos anos 1970 até hoje, não houve a fase do

1. Segundo Correia (2005) a sociedade pode controlar as ações do Estado através do controle social. Porém, com o advento do neoliberalismo e seu caráter individualista a sociedade coletiva deixou de ganhar espaço. Por esse fato a participação popular tornou-se escassa.

auge, ou seja, o sistema conseguiu retomar, mas não atingiu a expansão:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2000, p. 7).

Estudiosos liberais afirmam que o declínio do sistema capitalista aconteceu quando o Estado passou a intervir além do âmbito econômico, ou seja, quando ampliou suas ações para o social em resposta às reivindicações dos trabalhadores. Com a agudização das expressões da questão social e a luta efervescente da classe trabalhadora², o Estado efetiva as políticas sociais visando acalmar os ânimos e gerar lucro. Tais estudiosos, como Hayek, Friedman, Popper³, dentre outros (ANDERSON, 1995) afirmavam que as várias experiências de Bem Estar Social⁴ que, de modo geral, se desenvolveu a partir de uma política de pleno emprego, com ampliação de políticas sociais públicas e “garantia de um mínimo de renda a todos os cidadãos (trabalhadores ou não trabalhadores)” (PEREIRA, 2016) fez com que o mercado não conseguisse mais alcançar a prosperidade e mesmo diante da concessão de renda para a população consumir, o subconsumo entra em cena e traz consigo a desvalorização da moeda. Assim, a solução apresentada foi o retorno do *laissez-faire* (mercado livre), pois, segundo os liberais, ele mesmo consegue se regular e enxugar os gastos sociais para investir no econômico.

É dessa forma que o neoliberalismo, uma das medidas adotadas como resposta à crise do capital, entra em cena. Segundo Anderson (1995):

O neoliberalismo nasceu logo após a II Guerra Mundial, nos países de capitalismo maduro, como Europa e América do Norte, surgiu como resposta teórica e política ao modelo de Estado de Bem-estar social, onde a intervenção do mesmo na economia foi considerada como sendo a principal causadora da crise estrutural no sistema de produção (ANDERSON, 1995, p. 9).

No Brasil⁵ o ajuste neoliberal foi implementado a partir dos anos 1990 com a eleição de Fernando Collor de Mello que introduziu o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. O impacto desse ajuste atingiu o país em um pequeno lapso temporal e reduziu as políticas sociais públicas, descaracterizando tanto a Constituição Federal de 1988 como as Leis Orgânicas.

A Assistência Social que visa romper com o clientelismo e caridade teve sua lei promulgada em 1993, constituindo-se em um marco histórico ao considerar, pela

2. Devemos entender as políticas sociais, não de forma unilateral, mas dentro do movimento contraditório da sociedade capitalista de luta da classe trabalhadora e da antecipação estratégica do Estado.

3. Sob a liderança de Hayek, esses e outros estudiosos fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin com o intuito de “discutir os rumos do Estado e importância do liberalismo clássico no resguardo da economia capitalista ante os supostos efeitos deletérios da interferência governamental” (PEREIRA, 2016, p.104).

4. Para aprofundar a discussão sobre os vários tipos de Estado de Bem Estar e as teorias que discutem a proteção social ler Pereira, 2016.

5. O Brasil não teve o Estado de Bem-estar social, o país servia/serve de base para a sustentação dos países centrais. Esse processo explica o atraso da política neoliberal chegar ao Brasil.

primeira vez o usuário como sujeito de direito.

Contudo, com o enxugamento dos recursos financeiros investidos no social, as políticas públicas vêm sofrendo grande precarização, pois o investimento maior tem sido realizado no setor privado acarretando em expansão do chamado “Terceiro Setor⁶”. Porém, mesmo com tal investimento e se adequando ao ideário neoliberal, a economia não consegue prosperar, pois milhares de cidadãos dependem dos serviços públicos e, sem saúde, sem educação e, principalmente, sem emprego formal, não há autonomia de renda e não há qualidade de vida.

Desse modo, entendemos que o neoliberalismo não se constituiu em resposta exitosa para colocar a economia capitalista no nível pretendido por seus defensores, conforme demonstram Netto e Braz (2011), mas conseguiu suplantar os direitos conquistados pelos trabalhadores de forma contundente, como o que vem acontecendo na política de Assistência Social.

A política de Assistência Social, no Brasil, evoluiu profundamente alcançando o nível de política social pública na década de 1990. A seguir explanaremos o contexto histórico de seu desenvolvimento e apresentaremos o controle social como base para a participação popular nessa política.

3 | BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Assistência Social se originou das ações de caridade, filantropia e solidariedade religiosa. O desenvolvimento de ações referentes à benesse, no Brasil, durou até meados dos anos de 1985. Em um breve resgate histórico temos em 1947 a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, que teve sua origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite; e para a prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados para a Segunda Guerra Mundial.

De início, a ênfase era em ações materno-infantis, mas logo após atuou no desenvolvimento econômico e social do país, abrangendo a população em situação de vulnerabilidade social. Em 1966, a LBA foi transformada em fundação e recebeu financiamento da União até 1969. Posteriormente, foi incorporada ao Ministério da Previdência e Assistência Social e no ano de 1977 passou a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SPOSATI, 2008).

Em 1985 foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República que “particulariza a assistência social como política pública, reconhece o usuário como sujeito de direitos, sugere que seja ampliada sua participação e realizada a ruptura com a leitura caritativa e tutelar” (SPOSATI, 2008, p. 30). Nesse mesmo período, a busca de conhecimentos e pesquisas a respeito da Assistência Social

6. Para aprofundamento da crítica ao chamado “Terceiro Setor”, ver Montañó, 2003.

torna-se primordial, visando uma margem qualitativa para a política. A Secretaria Nacional de Assistência Social “provoca seminários, cria linhas de financiamento de pesquisas nos órgãos científicos federais, reúne em Brasília e no Rio de Janeiro a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para ampliar seus compromissos com a assistência social” (SPOSATI, 2008, p. 32).

A luta de diversos grupos, comunidades científicas e movimentos sociais é fortalecida com a proposta da Lei Orgânica da Política de Assistência Social. Porém, a construção desse modelo descentralizado e participativo chocou-se com os interesses de vários atores envolvidos nesse processo, por isso acabou sendo negado⁷ pelo então presidente da época, Fernando Collor, afirmando em seu veto⁸ que a “proposição não estava vinculada a uma assistência social responsável” (SPOSATI, 2008, p.49).

A luta pela aprovação da LOAS continuou por alguns anos, e no II Seminário Nacional de Assistência Social foi provocada a Conferência Nacional de Assistência Social, que foi realizada em 1993, na qual, finalmente, a Lei Orgânica da Assistência Social foi implementada (SPOSATI, 2008).

Por meio dessa, a Assistência Social foi regulamentada, tornou-se uma instituição constitucional e a população em situação de vulnerabilidade e risco social tornou-se usuária. É essa mesma lei que dá direito à participação desses usuários no inciso II do seu art 5º: “II --- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Lei Federal Nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, p. 12).

Cabe ressaltar que setores da sociedade civil conseguiram que o controle social⁹ fosse inserido na Constituição Federal de 1988. Aqui, o mesmo tem o intuito de efetivar a participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado (BRASIL, PNAS, 2005).

A LOAS reafirmou a Assistência Social como política pública universal e

7. Mesmo com o choque de concepções, cabe ressaltar que a Constituição de 1988 foi promulgada indo de encontro ao ideário neoliberal. Essa Constituição reconheceu a Assistência Social como direito à seguridade social em seus artigos 203 e 204 (SPOSATI, 2008, p.39).

8. Entre as razões que justificam o veto, sobressai a da existência, na proposição de dispositivos contrários aos princípios de uma assistência responsável, que se limite a auxílios às camadas mais carentes da população sem, contudo, comprometer-se à complementação pecuniária e continuada de renda, papel este com uma ação voltada a maior disponibilidade de empregos e salários dignos (SPOSATI, 2008, p.49).

9. Segundo Correia, a expressão controle social parte de duas premissas: a primeira é a que entende controle social como controle do Estado sobre a sociedade, ou seja, o Estado controla a sociedade em favor dos interesses da classe dominante, através da implementação de políticas sociais visando amenizar os conflitos de classe. É a ideia de um Estado restrito a administrar os interesses da classe dominante. A segunda entende o controle social como controle da sociedade sobre as ações do Estado: aqui, a sociedade tem como controlar as ações do Estado, favorecendo a classe trabalhadora. A ideia é de um Estado ampliado que, mesmo representando a classe dominante, ele incorpora as demandas da classe trabalhadora. É nessa segunda perspectiva que se baseia a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Assistência e a Política Nacional de Assistência Social (CORREIA, 2005, p.48).

de gestão participativa. Com o objetivo de efetivar essas percepções, em 2004, foi aprovada a Resolução nº 145/04 (Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social), que visa à implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que foi elaborada em discussões realizadas em todos os estados do Brasil através de fóruns e conferências (FONSECA et.al, 2014).

A PNAS retrata os desafios da participação dos usuários – a qual pode se dá nos conselhos, nas conferências, nos fóruns, não restringindo-se apenas a esses (BRASIL, PNAS, 2005). Aqui trataremos, particularmente, dos Conselhos¹⁰ de Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social cita algumas reflexões sobre as dificuldades do entendimento desses usuários sobre a importância da sua participação. A primeira é que a assistência social só conquistou caráter de política em 1988, o qual foi reafirmado em 1993 com a LOAS; a segunda é sobre a falta de capacitação para esses usuários, pois é necessário explicar todo processo da política, seu financiamento e a importância da inserção desses usuários neste processo, além da necessidade da constante atualização das normativas da Assistência Social.

Soares (2008, p.110) alerta que “as determinações macrosociedade ditadas pelo capitalismo, através do neoliberalismo, como saída para mais uma das crises do capital, favorecem o esvaziamento dos conselhos em seu objetivo geral”.

A fim de apresentar essa questão, relataremos, a seguir, as consequências do ajuste neoliberal sobre o controle social na assistência social. Será que os limites para participação dos usuários são apenas esses que cita a Política Nacional de Assistência Social?

4 | O AJUSTE NEOLIBERAL E SUA CONSEQUÊNCIA NO CONTROLE SOCIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como vimos anteriormente, a crise estrutural do capital encontrou sua solução no neoliberalismo para redução das políticas públicas sociais a partir das privatização, focalização e descentralização. Porém, até os dias atuais, o sistema não conseguiu prosperar e vive rastejando em busca de melhores condições econômicas. Com isso, o enxugamento dos gastos sociais é explícito e a população usuária dos serviços públicos é quem sofre as consequências.

10. Os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos, ainda, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros (BRASIL, LOAS, 1993, p.29).

Segundo Soares (2009), a lógica é realmente esta, caracterizar o serviço público como ineficiente, para que os serviços privados possam desenvolver e gerar lucro:

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a ideia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma 'racionalidade' e uma 'vocaçãõ' capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse (SOARES, 2009, p.40).

É dessa forma que a privatização consegue espalhar-se, gerando lucro para o sistema do capital, e o serviço público recebendo pouquíssimo investimento. A população é que fica à mercê da sua própria sorte.

Outra medida adotada pelo ajuste é a focalização, que é implantada, geralmente, nos programas sociais, permitindo que nem todo usuário tenha acesso. Na Política Nacional de Assistência Social temos uma característica dessa tendência, ao afirmar que: “provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, PNAS, 2005, p. 31).

Ao viabilizar os mínimos sociais à política, almeja o imediato para aquele indivíduo, família ou grupo. É o mínimo para quem não tem nada, ou seja, foca na situação precária para viabilizar algo em curto prazo, suprimindo o imediatismo sem se preocupar com a situação daquele indivíduo ou família em longo prazo. Segundo Pereira (2000 apud CORREIA, 2002, p. 126), “mínimo expressa uma conotação de menor, de menos, ou seja, de patamares que beiram a desproteção social ou mesmo pressupõe a supressão ou cortes de atendimento tal como propõe a ideologia neoliberal”.

Na Política Nacional de Assistência Social, ainda, podemos perceber outra tendência neoliberal: a transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Ao citar que a sociedade, também, deve garantir as necessidades básicas, a PNAS transfere a responsabilidade estatal para a sociedade, permitindo que a mesma crie Organizações Não-Governamentais para completar o setor público. Assim, “o problema da utilização desses mecanismos está no seu caráter substitutivo dos serviços públicos e não na sua possível atuação complementar” (SOARES, 2009, p. 80).

O ajuste neoliberal permite que a Assistência Social retome seus primórdios ao transferir sua responsabilidade para a sociedade. Assim, temos a filantropia e não mais o direito social conquistado, porém não nos referimos à filantropia em torno da benesse,

[...] mas da filantropia do grande capital, que moderniza linguagens e práticas, incorpora pautas que buscam homogeneizar os diferentes segmentos da

sociedade civil, redefinindo o papel socializador do capital e ampliando suas ações para fora da empresa como parceiros na implementação de políticas sociais de combate à pobreza (NETTO, 1999 apud CORREIA, 2002, p. 129 grifos do autor).

É nessa direção que o neoliberalismo atua, visando extinguir os serviços públicos com o discurso de modernidade e da ineficiência da administração pública. Ao se deparar com os problemas sociais, essa instância atua no imediato, mas não na base do problema, ou seja, utiliza-se de medidas paliativas que não solucionarão o problema, pois:

Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração que depende dele. Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela (MARX, 2010, p. 23).

Desse modo, como desempenhar o controle social face ao antagonismo social, uma vez que a lei estabelece algo e não é cumprido ou até já vem com concepções neoliberais? “É uma contradição entre o legal e o real no campo dos direitos sociais” (CORREIA, 2002, p. 128).

Diante da desconstrução das políticas sociais, podemos perceber que a lógica do direito se perde em meio às concepções do ajuste. O controle social recebe toda essa perspectiva e se torna um campo pouco ou até mesmo desconhecido pelos usuários, que são fragmentados até para terem acesso à política e seus programas. Portanto, concordamos com Correia ao afirmar que “o controle social este ainda, na sua maioria, está nas mãos dos gestores, que o trata como sigilo, como se fosse privado, manipulando-o clientelisticamente” (CORREIA, 2001 apud CORREIA, 2002, p. 133).

Particularmente, na Política de Assistência Social há outros problemas, dentre os quais destacamos três que consideramos expressivos para caracterizar as dificuldades existentes para o exercício do controle social nesta área.

O primeiro, inclusive já citado neste artigo, diz respeito ao caráter de política social pública conquistado pela Assistência Social há muito pouco tempo (a partir de 1993). Ainda hoje muitos profissionais, infelizmente, desenvolvem as ações da referida política assemelhando-as a atividades caritativas e filantrópicas. Por outro lado, muitos usuários também veem a política como favor, o que leva a aceitar serviços de qualquer qualidade, sem reivindicar direitos, sem fiscalizar – conforme atribuição dos conselhos preceituada pela Lei Orgânica da Assistência Social.

O segundo problema crucial diz respeito à participação social da chamada sociedade civil. Quem de fato é a sociedade civil? Diferente da participação popular na política de saúde, na assistência social não há paridade entre usuários e os

demais segmentos e, poucos são os usuários que representam a entidade da qual faz parte. A paridade constante nos conselhos de assistência social é entre governo (50%) e sociedade civil (50%), contudo, essa sociedade civil é composta por representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor.

Observem que há na lei a representação de usuários, entretanto, a participação desses nos fóruns de eleição para os conselhos não é favorecida devido às exigências apresentadas nas resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, poucos flexíveis para entidades não formais.

Devemos lembrar que a maior parte dos usuários da Assistência Social não estão organizados em entidades e/ou associações que os permitam participar de processos eleitorais como esses. Desse modo, as vagas são comumente preenchidas por organizações de usuários que são “aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS [Política Nacional de Assistência Social], sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso” (RESOLUÇÃO Nº 24, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006/CNAS), tais como as que encontramos na composição do Conselho Nacional de Assistência Social: Organização Nacional de Cegos do Brasil e Associação Brasileira de Autismo¹¹.

Em Alagoas, grande parte dessas entidades não possuem representações em âmbito estadual e/ou municipal o que, frequentemente, tem provocado sucessivas vacâncias nos conselhos estadual e municipais, como é o caso do Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas que realizou em 2014 duas eleições para o segmento da sociedade civil por esse motivo (RESOLUÇÃO Nº. 005/2014, DE 24 DE ABRIL DE 2014; RESOLUÇÕES Nºs 17 e 18, DE 21 DE AGOSTO DE 2014/ CEAS-AL). E, mais recentemente, apesar de ter sido eleito para a gestão 2017-2019, o Fórum de Usuários da Assistência Social, teve sua posse adiada pela não admissão, por parte gestão estadual, da participação de entidade não formal. Ressaltamos que o próprio Conselho Nacional de Assistência Social deliberou para que onde houvesse Fórum de Usuários e que os mesmos tivessem participado do processo eleitoral e sido eleitos, todos deveriam tomar posse, mesmo que não tenha havido a devida atualização da lei local.

Um último problema, mas não menos grave, que identificamos na participação social na política de Assistência Social é a conjunção do que vem a ser sociedade civil, a qual não é homogênea, não é um campo pacífico, mas é, como afirma

11. BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. ATA DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, 10 de maio de 2018.

Gramsci, o lugar onde se processa a articulação institucional de ideologias e dos projetos classistas. Ela expressa a luta, os conflitos e articula, contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais (CORREIA, 2005, p.55 apud SOARES, 2008, p.20). Sendo assim, há vários interesses que se contrapõem nos conselhos de assistência social, não apenas entre governo e sociedade civil, mas dentro mesmo da própria sociedade civil (representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor), o qual, muitas vezes é mistificado a partir do predomínio da visão liberal de sociedade, dando uma ideia de que todos estão ali em busca do mesmo objetivo, mascarando a dinâmica do conselho que é de conflito e de luta.

Devemos ressaltar que enquanto usuários e suas organizações junto com algumas entidades de trabalhadores defendem a estatização da Política e a sua realização por instituições públicas, as entidades e organizações de assistência social podem querer continuar detendo a quase exclusividade no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, promovendo, desse modo, a privatização da Política em discussão.

Acreditamos que tais questões, aqui apresentadas, levam ao esvaziamento dos conselhos de seu objetivo central e se constituem em estratégias neoliberais para comprometimento do exercício do controle social que, embora, não provoquem, tais conselhos, mudanças significativas através de meios institucionais, é necessária uma revisão na forma de organização e atuação dos conselhos de assistência social para que possam ter visibilidade e sejam, de fato, legítimos representantes da classe trabalhadora (SOARES, 2008, p.114).

O quadro de fragilidade dos conselhos, identificado em todo o país, fica mais grave com a revogação pela Câmara dos Deputados¹² do Decreto nº8.243 aprovado em 2014, pela então presidente Dilma Roussef que instituía a Política Nacional de Participação Social e Sistema Nacional de Política Social. Tal Decreto visava fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, porém, foi avaliado pelos legisladores opositores ao governo da época como ataque ao seu poder, instituição de cidadão de primeira casta, dentre outros¹³.

Mais recentemente – desde o dia 11 de abril de 2019 – o presidente Jair Bolsonaro tem se pronunciado sobre a extinção de diversos conselhos. Em 19 de agosto, o Diário Oficial da União informou que seis conselhos foram extintos da pasta de Direitos Humanos, comandada pelo ministério da Mulher, Família e Direitos

12. A revogação se deu por meio do Projeto de Decreto Legislativo 1.491/2014. 03/06/2014c. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>>. Acesso em 04/12/2019.

13. Algumas matérias veiculadas em jornais da época como o Diário do Grande ABC de 04 de julho de 2014 (FREIRE, R. Coluna Palavra do Leitor. www.dgabc.com.br/noticia/537890/decreto--de-dilma-afrenta-democracia?referencia-minuto-a-minuto-topo) e na página do g1.globo.com (MATOSO, F. 'Opositores querem diminuir participação social', diz ministro. G 1 Política. Brasília, 05/08/2014), dão ideia de como foi a discussão sobre o Decreto nº 8.243/2014.

Humanos. Posteriormente, houve o ataque ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente¹⁴, o qual está sendo revisto pelo Congresso. Todos esses conselhos possuem grande proximidade com a política de assistência social por terem relação entre seus público-alvos.

O governo ainda enfrenta críticas devido a cortes polêmicos como os conselhos que tratam de Gênero, Diversidade e Inclusão. Também extinguiu os comitês para a Desburocratização, o de Convênios e Contratos Administrativos, o da Segurança da Informação e Comunicação – o calcanhar de Aquiles do governo Bolsonaro – e o da Agenda de Convergência para a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes.

Tais ações comprovam a dificuldade da gestão atual em partilhar a gestão com os mecanismos de controle social que foram defendidos desde o regime ditatorial vivido no Brasil nos anos 1960-1980 e propugnado durante a década de 1990 em diante.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroboramos com a Política Nacional de Assistência Social ao relatar, como visto anteriormente, o desafio da participação dos usuários no âmbito do controle social. Entretanto, podemos perceber que o problema vai além de metodologias, socialização de informações e capacitações. Com a lógica neoliberal as políticas sociais, principalmente a da Assistência Social, ficam à mercê do sistema. A falta de investimento no que é público e a expansão do serviço privado não permitem que usuários em vulnerabilidade social tenham acesso ao setor pago, sendo prejudicados em serviços desqualificados.

Outro fator que nos chama atenção é a focalização desta política ao elaborar critérios para que os usuários tenham acesso. Até mesmo a sua elaboração já sofreu consequência neoliberal, pois não garante a universalização dos direitos sociais.

O retorno da filantropia, no qual o repasse da responsabilidade estatal para a sociedade civil retoma o caráter de solidariedade, voluntariado e não de direito, como está estabelecido nos aparatos legais.

Dessa forma, a estratégia neoliberal vem atingindo também o controle social. O ajuste imposto pelo neoliberalismo leva o usuário à não-participação desde seu início, como podemos ver nos critérios de elegibilidade impostos pelo próprio Conselho Nacional de Assistência Social, obrigando-o a delegar a sua participação a entidades que nem sempre o representam, sendo assim negado o que é seu por direito. E a solução para esse tipo de situação é a luta, a luta contra esse sistema

14. Decreto Federal Nº10003 de 04 de setembro de 2019 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10003.htm Acesso em 04 de dezembro de 2019.

que explora o homem e o enxerga apenas como mercadoria.

Por fim, toda a situação que fragiliza os conselhos é agravada com as medidas adotadas pelo governo federal atual que busca inviabilizar os mecanismos de controle social.

O controle social dentro da estrutura estatal é cercado de limites, sendo, por isso, imprescindível a busca por outros meios alheios ao Estado (fóruns e outros movimentos autônomos) para a resistência e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária e também porque a história comprova que são muitas as manobras, utilizadas pelo Estado, para coibir a participação dos trabalhadores nas decisões que os envolvem.

Contudo, enquanto houver o direito à participação social temos que qualificá-la para que esta se dê da melhor forma possível a fim de garantir os direitos que são pertinentes à classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas. Resolução N°. 005 de 24 de abril de 2014.

_____. Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas. Resolução nº 17 de 21 de agosto de 2014.

_____. Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas. Resolução nº 18 de 21 de agosto de 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 13 de abril de 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. ATA DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, 10 de maio de 2018.

_____. Decreto Federal N°9.759 de 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em 04 de dezembro de 2019.

_____. Decreto Federal N°10003 de 04 de setembro de 2019 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10003.htm Acesso em 04 de dezembro de 2019.

_____. Decreto Federal N°8.243 de 23 de maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm Acesso em 29 de novembro de 2019.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo 1.491/2014. 03/06/2014c. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>. Acesso em 04 de dezembro de 2019.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução N° 24 de 16 de fevereiro de 2006).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, Novembro de 2005.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução N°145 de 2004.

CORREIA, Maria Valeria Costa. Desafios para o Controle Social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro. Fiocruz: 2005.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que controle social na Política de Assistência Social? In: Serviço Social & Sociedade, ano XXIII n.72. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, R. Coluna Palavra do Leitor. www.dgabc.com.br/noticia/537890/decreto-de-dilma-afronta-democracia?referencia=minuto-a-minuto-topo. Acesso em 04/07/2014.

FONSECA, Kely Hapuque Cunha et.al. A Trajetória das Políticas Sociais e a Assistência Social no Brasil: Avanços e Espaços de Conquistas. Disponível em: Acesso em 17 de abril de 2014.

MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao artigo “o Rei da Prússia e a Reforma Social” de um prussiano. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MATOSO, F. ‘Opositores querem diminuir participação social’, diz ministro. G 1 Política. Brasília, 05/08/2014. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/08/opositores-querem-diminuir-participacao-social-diz-ministro.html>

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: Outubro, N°. 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 166-235 – (Biblioteca básica de serviços social; v.1).

PEREIRA, Camila Potyara Pereira. Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes, São Paulo: Cortez, 2016.

SOARES, Jinadiene da Silva. Os Conselhos de Saúde em Alagoas: uma análise teórica e conjuntural. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Maceió. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. 2008.

SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidente 39, 272, 274

Adoção 48, 147, 237, 273, 274, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Adolescente 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 314, 340

Assistência Social 19, 20, 21, 24, 46, 47, 51, 53, 54, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 123, 124, 171, 223, 226, 249, 250, 252, 253, 260, 261, 264, 266, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 314, 315, 320, 321, 323, 324, 350

Assistente Social 21, 54, 115, 168, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 225, 227, 230, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 281, 286, 287, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 313, 314, 317, 320, 321, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 350

B

Bolsa Família 18, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 74, 284

Brasil 1, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 121, 122, 126, 127, 130, 141, 142, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 186, 193, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 229, 233, 237, 241, 242, 247, 249, 250, 253, 255, 257, 258, 264, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 280, 285, 291, 295, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 348

Brasileira 1, 4, 5, 7, 10, 12, 18, 20, 21, 34, 35, 39, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 75, 78, 83, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 113, 121, 123, 126, 127, 142, 144, 150, 153, 154, 160, 161, 163, 185, 191, 192, 193, 195, 207, 209, 210, 223, 231, 232, 233, 234, 237, 242, 248, 253, 257, 258, 281, 296, 300, 316, 317, 324, 338, 339, 342, 344, 346, 347, 348, 349

Brasileiro 2, 8, 9, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 35, 38, 40, 47, 48, 50, 58, 65, 66, 70, 98, 115, 121, 122, 124, 127, 142, 145, 150, 161, 167, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 229, 234, 235, 242, 253, 254, 255, 257, 259, 265, 266, 272, 273, 275, 277, 280, 296, 305, 338, 342, 344, 346, 348

C

Cidadania 14, 17, 18, 20, 24, 27, 29, 30, 32, 42, 44, 46, 55, 63, 67, 70, 74, 123, 124, 131, 132, 134, 140, 145, 163, 187, 214, 244, 278, 279, 291, 315, 318, 320, 323, 327

Classe 2, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 59, 62, 71, 76, 77, 79, 84, 86, 117, 118, 121, 125, 126, 127, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 156, 157, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 180, 186, 211, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 255, 256, 257, 265, 286, 287, 291, 295, 301, 304, 306, 307, 308, 309, 326, 327, 329, 330, 333, 334, 335, 343, 348

Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 21, 28, 29, 31, 34, 39, 40, 43, 54, 57, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 145, 146, 148, 152, 153, 154, 160, 168, 178, 179, 180, 222, 232, 234, 242, 247, 306, 307, 308, 310, 311, 329, 333, 335, 348

Conservadorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 49, 122, 126, 209, 211, 226, 235, 238, 242, 291

Contrarreforma 57, 61, 104, 105, 114, 149, 220, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 242, 253, 266

Controle Social 53, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 110, 113, 123, 124, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 168, 257, 266, 293, 318

Criança 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 168, 314, 321, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348

D

Desigualdade 4, 21, 45, 56, 57, 59, 60, 62, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 227, 235, 237, 257, 258, 317, 330, 339

Dimensão 2, 3, 114, 118, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 219, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 249, 251, 253, 255, 274, 279, 309, 323, 324, 329

Dimensão Investigativa 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210

Direitos 6, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 73, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 130, 145, 149, 156, 165, 166, 167, 169, 186, 189, 198, 201, 207, 211, 216, 219, 220, 224, 225, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 253, 257, 258, 271, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 315, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 335, 336, 337, 347, 348, 350

Drogas 102, 131, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 321

E

EBSERH 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114

Educação 17, 18, 19, 20, 21, 58, 66, 67, 70, 71, 78, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 106, 107, 110, 112, 113, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 186, 191, 193, 200, 214, 223, 226, 229, 242, 249, 250, 253, 258, 259, 264, 267, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 291, 314, 316, 317, 339, 340, 342

Encarceramento 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169

Escravidão 36, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55

Escravo 37, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55

Estado 3, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 48, 56, 62, 65, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 86, 90, 96, 97, 101, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 142, 144, 145, 157, 159, 163, 165, 167, 168, 169, 180, 181, 182, 208, 211, 220, 221, 222, 233, 234, 235, 240, 244, 247, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 266, 268, 277, 279, 281, 284, 285, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 299, 304, 313, 314, 315, 316, 319, 320, 324, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335

Estágio 36, 42, 156, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 226, 269, 270, 278, 281, 284, 287, 289, 290, 301

F

Família 4, 18, 25, 28, 29, 31, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81, 84, 90, 95, 96, 138, 146, 150, 153, 163, 167, 172, 174, 179, 181, 192, 205, 244, 252, 261, 278, 285, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 340, 347, 350

Formação 1, 2, 6, 7, 8, 14, 20, 25, 26, 30, 38, 47, 48, 49, 72, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 109, 113, 116, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 135, 138, 140, 141, 144, 149, 153, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 241, 242, 249, 253, 270, 279, 280, 283, 285, 287, 290, 291, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 310, 321, 323, 330, 341, 342, 343, 347

G

Gênero 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 85, 149, 156, 210, 220, 232, 235, 297, 303, 304, 311, 330

Gestão 4, 12, 17, 20, 30, 51, 70, 79, 80, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 154, 170, 171, 174, 181, 187, 204, 226, 235, 245, 246, 248, 257, 262, 265, 267, 298, 299, 318, 321, 322, 324, 336, 347

H

Hegemonia 1, 5, 6, 8, 11, 19, 21, 115, 118, 119, 120, 125, 126, 156, 209, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 248

I

Ideologia 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 17, 18, 63, 72, 81, 115, 117, 118, 145, 236, 238, 295, 315, 341

Indicador 191, 243, 245, 249, 250, 252, 261, 323

Instrumentalidade 198, 199, 200, 202, 207, 251, 313, 314, 323

L

Luta 1, 3, 5, 6, 10, 13, 20, 31, 32, 38, 40, 41, 43, 54, 56, 58, 61, 74, 76, 77, 79, 84, 85, 86, 114, 125, 126, 127, 154, 156, 209, 219, 220, 221, 226, 227, 232, 234, 239, 242, 259, 306, 309, 310, 311, 334, 346, 348

M

Matricial 35, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

Mercado de Trabalho 30, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 70, 146, 147, 164, 185, 197, 214, 215, 216, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 295, 296, 298, 315, 316

Microssseguro 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182

MST 224, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312

Mulher 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 72, 84, 127, 317

Multiprofissional 109, 208, 209, 213, 350

N

Negra 155, 157, 159, 160, 167, 168, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 347
Negras 167, 338, 339, 340, 341, 344, 346, 347
Negro 160, 341, 343, 344, 345, 346, 348, 349
Negros 145, 153, 162, 297, 339, 341, 345, 348, 349
Neoliberal 17, 18, 57, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 87, 104, 105, 114, 116, 122, 156, 163, 197, 219, 220, 223, 234, 235, 236, 238, 256, 257, 258, 259, 291, 295, 317, 326, 327, 328, 334, 335
Neoliberalismo 13, 40, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 104, 119, 122, 131, 160, 217, 218, 219, 224, 233, 234, 258, 286

P

Pedagógica 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 191, 204, 279
PNH 88, 89, 92, 94, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
Política 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 30, 32, 33, 39, 41, 43, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 185, 186, 191, 197, 199, 201, 204, 205, 207, 209, 211, 214, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 267, 276, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 292, 294, 295, 299, 300, 301, 304, 306, 308, 309, 310, 316, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 336, 340, 348, 350
Política Social 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 32, 33, 78, 82, 84, 98, 101, 130, 170, 223, 225, 229, 241, 242, 254, 259, 267, 316, 322, 323, 324, 325, 350
Proibicionismo 155, 157, 159, 160, 161, 162, 166, 168
Proibicionista 157, 158, 160, 161, 162
Projeto Ético Político 114, 184, 185, 186, 190, 210, 211, 239, 287
Proteção Social 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 77, 87, 108, 174, 175, 180, 249, 250, 258, 261, 262, 266, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 324, 325

Q

Questão Social 10, 14, 15, 17, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 54, 55, 59, 77, 87, 102, 123, 127, 156, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 214, 218, 219, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 248, 250, 258, 267, 270, 278, 280, 286, 291, 295, 296, 298, 308, 318, 328, 329, 330, 334, 336

R

Racismo 122, 166, 226, 338, 339, 341, 343, 344, 346, 347, 348, 349
Reforma 13, 20, 21, 32, 42, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 87, 90, 101, 102, 104, 105, 113, 114, 181, 182, 222, 231, 232, 233, 235, 241, 242, 255, 256, 259, 309, 310, 311, 332
Renda 13, 18, 32, 55, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 131, 146, 149, 167, 182, 262, 264, 272, 277, 288, 303, 316, 322

S

Saúde 17, 18, 19, 20, 21, 32, 38, 51, 66, 67, 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 131, 138, 148, 159, 161, 162, 165, 172, 180, 216, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 296, 314, 315, 316, 317, 321, 324, 329, 340, 350

Segurança 17, 30, 31, 38, 85, 100, 120, 159, 162, 163, 171, 180, 182, 239, 261, 262, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 300, 315, 316, 332

Serviço Social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 32, 34, 44, 45, 46, 54, 55, 62, 73, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 113, 114, 115, 127, 153, 156, 168, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 328, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 347, 348, 350

Sociedade 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 141, 145, 147, 153, 154, 157, 159, 165, 168, 169, 181, 185, 190, 191, 196, 197, 207, 209, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 247, 250, 253, 255, 257, 258, 259, 269, 270, 277, 279, 280, 285, 291, 296, 297, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 318, 322, 323, 324, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 344, 345, 346, 347

Sociedade Civil 25, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 105, 106, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 139, 221, 222, 258, 296, 324, 333, 334

Sociojurídico 336, 337, 338, 347

Sócio jurídico 326, 327, 332

SUAS 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 18, 20, 23, 26, 27, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 67, 68, 71, 74, 77, 82, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 106, 108, 109, 114, 117, 120, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 138, 140, 145, 148, 149, 152, 153, 156, 158, 160, 162, 167, 176, 177, 185, 187, 190, 197, 201, 211, 214, 220, 221, 222, 224, 226, 233, 236, 237, 245, 246, 248, 249, 251, 255, 257, 261, 263, 264, 267, 270, 271, 275, 279, 280, 284, 286, 289, 300, 302, 303, 306, 307, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 334, 335, 339, 345

SUS 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 272, 281

T

Trabalho 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61,

62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 131, 135, 137, 139, 140, 142, 146, 147, 152, 156, 159, 164, 167, 170, 173, 175, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342

Trânsito 68, 255, 259, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

 **Atena**
Editora

2 0 2 0